

INTERESSADO(S): Do Executivo Municipal

ASSUNTO: **Projeto de Lei nº 004, de 07 de fevereiro de 2022**. "Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências."

Na Sessão de:

21 1 02 12022

VOTAÇÃO EM

1º TURNO/TURNO ÚNICO:

APROVADO

Na Sessão de:

07/03/2022

VOTAÇÃO EM 2º TURNO:

PROCESSO Nº 592 | 2022

DATA DA ENTRADA 2 | 02 | 22 DATA DA APROVAÇÃO ____ | ___ | ___

DATA

COMISSÕES

Constituição, Justiça Trabalho e Redação

Economia, Finanças e Planejamento

Saúde, Higiene e Promoção Social

Educação, Desporto, Cultura e Turismo

Transporte, Urbanismo, Serviços e Obras Públicas

DATA	D (COMISSÕES
)(Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente
	\mathcal{I}	Especial
)(Fiscalização e Controle
	$\supset C$	Mista
		Mesa Diretora



Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Ofício nº 0231/2022-GP/PMC

Cáceres - MT, 18 de fevereiro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

VER. DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

Nesta

CAMARA MUNICIPAL DE CACERES.

10 2 120 22

HORS 10:58 Sobno 592

ASS Poliani Mas

Identificação Interna: Memorando 3.804/2022, de 03/02/2022

Senhor Presidente

Submetemos à apreciação dessa Egrégia Corte o Projeto de Lei nº 004, de 07 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências, acompanhado de respectiva Mensagem, em apenso.

Pela importância do Projeto de Lei em análise, esperamos contar com o apoio dessa Casa de Leis, ao tempo que solicitamos a Vossa Excelência e demais vereadores que deliberem e aprovem-no, nos termos do Regimento Interno dessa Casa, em caráter de **urgência urgentíssima**.

Ao ensejo, reafirmamos os votos de estima e consideração, extensivo aos seus nobres Pares.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita de Cáceres



Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Officio nº 0231/2022-GP/PMC - fls. 02

Mensagem relativa ao Projeto de Lei nº 004, de 07 de fevereiro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, Mato Grosso:

Senhores Vereadores:

É nosso dever encaminhar aos ilustres membros do Poder Legislativo Cacerense, o incluso Projeto de Lei nº 004, de 07 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Crédito Adicional Especial, a ser aberto no vigente Orçamento, compreende o valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), cujos recursos serão cobertos mediante a anulação parcial de dotação orçamentária.

Justificamos a necessidade de realização de mencionado Crédito Adicional Especial devido a <u>razões técnicas contábeis</u>, para criação da Dotação 3.1.91.13 na Atividade 2023 da Secretaria Municipal de Saúde. Tal dotação será utilizada pela Prefeitura Municipal de Cáceres, a fim de cumprir suas obrigações trabalhistas junto ao INSS, no ano de 2022.

Ante ao exposto, por se tratar de medida técnica inerente a recolhimento de contribuição previdenciária, solicitamos o apoio dos membros do Legislativo cacerense para aprovar o Projeto de Lei 004/2022, nos termos do Regimento Interno dessa Casa, em caráter de **urgência urgentíssima**.

Ao ensejo, externamos os votos de elevada estima e distinta consideração.

ANTÔNIA ELICNE LIBERATO DIAS Prefeita de Cáceres



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROJETO DE LEI Nº 004, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovará e eu sancionarei a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais).

Art. 2º O crédito preconizado no art. 1º desta Lei cobrirá despesas pela inclusão de Programa, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programática:

3.1.91.13 Obrigações Patronais		(1.500) Recursos não vinculados de Impostos	490.000,00			
Natureza da Despe		Fonte de Recursos	Valor R\$			
Proj/Atividade:	2.023 - MAN E ENC C/AS ATIV DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS					
Programa:	1003 – SAÚ	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ				
Subfunção:		301 – Atenção Básica				
Função:	10 - Saúde	10 - Saúde				
Unidade:	02 - FUND	02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Órgão:	05 - SEC. M	IUNICIPAL DE SAÚDE				

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 2° decorrem da anulação parcial de dotação orçamentária, consoante o que dispõe os incisos III, § 1° do artigo 43 da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação:

Órgão:	05 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE				
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função:	10 - Saúde				
Subfunção:	301 – Atenção Básica				
Programa:	1003 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ				
Proj/Atividade:	2.023 - MAN E ENC C/AS ATIV DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS				
Natureza da Despe	esa	Fonte de Recursos	Valor R\$		
3.1.90.13 Obrigações Patronais		(1.500) Recursos não vinculados de Impostos	490.000,00		



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 3.016, de 23 de dezembro de 2021-LOA/2022, Lei nº 3.015, de 23 de dezembro de 2021-LDO/2022 e Lei nº 3.014, de 23 de dezembro de 2021-PPA-Quadriênio 2022-2025.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, em 07 de fevereiro de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Rrefeita Municipal



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 032/2022

Referência: Processo nº 592/2022

Assunto: Projeto de Lei nº 04, de 07 de fevereiro de 2022

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

<u>I - RELATÓRIO</u>:

O Projeto de Lei nº 04, de 07 de fevereiro de 2022, dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

Este é o Relatório.

II - DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, dispondo sobre a abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O artigo 1°, prevê que, fica aberto ao orçamento vigente, o crédito adicional especial no valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais).



Segundo dispõe o artigo 2º, o crédito previsto no artigo 1º, destinar-se-á a acobertar despesas da Secretaria Municipal de Saúde, em especial para dar suporte orçamentário a despesa das Unidades Básicas de Saúde do Município.

O projeto de lei veio acompanhado ainda, dos documentos relacionados a matéria em análise.

Por sua vez, o artigo 3°, dispõe que os créditos referidos no artigo anterior serão cobertos com recursos previsto no inciso III, do § 1°, do artigo 43, da Lei 4.320/1964.

É cediço que o projeto de lei que vise efetivar abertura de créditos adicionais especiais deve ser elaborado em perfeita consonância com os princípios estabelecidos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal e 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964.

Os arts. 40 a 43 da Lei 4.320/64 conferem o suporte legal necessário a análise do presente projeto de lei:

- Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:
- I suplementares, os destinados a rejôrço de dotação orçamentária;
- II especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)



- § 1° Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- I o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; DOU, de 5.5.1964)

(Veto rejeitado no

- III os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- IV o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5,1964)
- § 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- § 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976)
- § 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arreçadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que dêles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.
- Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde fôr possível.

A.V.



O inciso III, do § 1°, do artigo 43, da Lei 4.320/64, dispõe que consideramse recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Em seguida foi solicitado parecer técnico do Contador desta Casa de Leis, para que analisasse, com a precisão necessária, se os dados informados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal estavam de acordo com a legislação infraconstitucional e com a Constituição Federal.

No referido parecer do Contador desta Câmara Municipal, foi informado que os valores e fontes apresentados estão em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 e com os demais ditames legais e constitucionais.

Cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 04, de 07 de fevereiro de 2022.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei n° 04, de 07 de fevereiro de 2022.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2022.

PRESIDENTE

Leandro des Santos



RELATOR

MEMBRO

5



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Parecer n.º 29/2022,

Assunto: Projeto de Lei nº 004, de 07 de fevereiro de 2022. **Interessado:** Poder Executivo e Câmara Municipal de Cáceres.

Assinado por: Antônia Eliene Liberato Dias.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 004, de 07 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR

Neste momento o relator, Luiz Landim - (PV), da Comissão de Finanças, Economia e Planejamento, passa a analisar o Projeto de Lei nº 004, de 07 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

Primeiramente, o presente Projeto de Lei, é de competência da Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, pois compete a esta opinar: sobre proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita pública, inclusive os assuntos de competência de outras comissões;

Vejamos a fundamentação legal:

\$450

1



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Artigo 39. À Comissão de Economia, Finanças e Planejamento compete opinar sobre:

I – proposições e assuntos relativos ao planejamento municipal;

II – projetos de leis sobre Plano Plurianual, Diretrizes
 Orçamentárias e Orçamento Anual do município;

III – proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita pública, inclusive os assuntos de competência de outras comissões;

(...)

O presente Projeto de Crédito Adicional Especial, a ser aberto no vigente Orçamento, compreende o valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), cujos recursos serão cobertos mediante a anulação parcial de dotação orçamentária.

É justificada a necessidade de realização de mencionado Crédito Adicional Especial devido a razões técnicas contábeis, para criação da Dotação 3.1.91.13 na Atividade 2023 da Secretaria Municipal de Saúde. Tal dotação será utilizada pela Prefeitura Municipal de Cáceres, a fim de cumprir suas obrigações trabalhistas junto ao INSS, no ano de 2022.

MODALIDADES DE CRÉDITO ADICIONAL

São três as modalidades de créditos adicionais:

- Suplementar destinado ao reforço de dotação orçamentária (art. 167, incisos V e VI da CF/88; art. 165, incisos V e VI da CE/89; art. 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64);
- 2. Especial destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica (art. 167, incisos I, V, VI e parágrafo 2º da CF/88; art. 165, incisos I, V, VI e parágrafo 2º da CE/89; art. 41, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64);
- 3. Extraordinário destinado a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública (art. 167, parágrafos 2º e 3º da CF/88; art. 165, parágrafos 2º e 3º da CE/89; art. 41, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64).

AH)

2

6 Ma * 3 4



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Vemos que o a crédito a ser aberto é o especial, que é criada dotação orçamentaria especifica, no artigo 2° - com a respectiva a natureza da despesa nos autos, e relação a dotação necessária essa irá ser extraída de anulação parcial com dito no artigo 3° do projeto de lei.

Assim, sabendo que a dotação orçamentaria e a respectiva fonte de custeio exitem, não vejo empecilho na aprovado o PL sob comento.

Dessa maneira, o relator, Luiz Landim, baseando-se nos fundamentos acima citados, vota pela aprovação do Projeto de Lei nº 004, de 07 de fevereiro de 2022.

III - DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, acolhe e acompanha o voto do relator, votando pela <u>aprovação</u> do Projeto de Lei nº 004, de 07 de fevereiro de 2022.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação plenária desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 03 de março de 2022.

Landim - (PV)
RELATOR

Isaias Bezerra - (CIDADANIA)

PRESIDENTE

Manga Rosa - (PSB)

MEMBRO

er

y .

.